



O PROCESSO DE INCLUSÃO DE UM ALUNO SURDO EM UMA ESCOLA REGULAR: UM PROJETO DE INTERVENÇÃO

Regiane Timoteo das Neves

Valéria Cassiano de Souza do Rosário

RESUMO

Este artigo tem por finalidade analisar a interação de um adolescente de quatorze anos com deficiência auditiva, aluno do 8º ano do ensino fundamental de uma escola regular no município de Colombo-PR, como forma de desenvolver suas potencialidades sociais e estabelecer uma comunicação que possibilitasse maior interesse ao ambiente escolar ampliando seu desenvolvimento cognitivo. Tal abordagem foi desdobrada em objetivos específicos que visam promover participação efetiva, social, política e educacional para o desenvolvimento completo da pessoa surda por meio de atividades lúdicas; analisar a visão dos alunos sobre a inclusão, a parceria família e escola; e, verificar o papel do intérprete no apoio ao aluno surdo. Este trabalho justifica-se pelo fato de que a própria inclusão educacional é um processo ainda em construção, e mesmo a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais são poucas as ações que efetivamente permeiam a questão, o que exige uma maior reflexão por parte dos educadores e governantes acerca da realidade da inclusão escolar, como forma de assegurar uma atuação docente capaz de promover a formação educacional de que esses alunos necessitam para garantir autonomia e cidadania. Para realização da pesquisa

1



realizou-se atividades lúdicas utilizando a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, incentivando a interação desse aluno, por meio de jogos e brincadeiras. Na sequência foi analisada qual é a posição dos educandos a respeito do processo de inclusão desse aluno. Para tanto se propôs a produção de texto e por fim uma explicação da intérprete do aluno sobre sua função dentro da sala de aula, a importância do intérprete para a comunicação do aluno surdo. O papel da instituição escolar no processo de inclusão e participação da família nesse processo é fundamental para o sucesso da permanência desse aluno em uma escola regular. A inclusão de alunos com necessidades educativas especiais é uma luta que vem sendo travada dentro das escolas por meio de um processo histórico que excluiu, segregou e por fim buscava a inclusão. Se tratando do indivíduo surdo essa inclusão deve ser debatida levando em consideração a convivência do aluno dentro do ambiente escolar para que seja garantida a qualidade na formação e compreensão de sua importância na sociedade que pertence. Por entender o processo de inclusão uma construção constante, onde os sujeitos envolvidos necessitam de intervenção diária este trabalho não apresenta resultados acabados, mas sim reflexões que contribuíram para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.

Palavras – chave: Inclusão. Intervenção. Políticas públicas. Surdez.



INTRODUÇÃO

Durante anos os indivíduos que não se enquadravam dentro dos padrões de normalidade estavam à margem da sociedade, muitas vezes esquecidos e escondidos pela própria família. Participar do ambiente escolar era proibido às pessoas com qualquer tipo de necessidade educacional especial.

Com as mudanças de pensamento e vários estudos possibilitaram que os alunos com necessidades educativas especiais pudessem frequentar os bancos escolares e a partir de então começam de forma mais ampla, mas não menos complexas as discussões acerca do processo de inclusão escolar. De acordo com SELAU (2010, p. 16) “A sociedade passou por distintas maneiras de se relacionar com aqueles que consideravam diferentes da normalidade”.

A inclusão de alunos surdos em escolas regulares também vem sendo debatido dentro e fora do meio educacional, pois o número de alunos surdos que procuram formação para assumirem vagas no mercado de trabalho está aumentando nos últimos anos. Mas é importante se refletir sobre a qualidade da permanência desses alunos em escolas regulares.

Para o desenvolvimento do estudo foi definida a seguinte pergunta-chave: como acontece a interação do educando surdo de um Colégio Estadual de Colombo – PR, como forma de desenvolver suas potencialidades sociais e estabelecer uma comunicação que possibilite maior interesse ao ambiente escolar ampliando seu desenvolvimento cognitivo? Tomando essa questão como eixo para a investigação sobre o tema, foi estabelecido como objetivo geral para o estudo, compreender o processo de inclusão do aluno surdo em sala regular, considerando aspectos conceituais, éticos e metodológicos e seu impacto na construção da cidadania.



Tal abordagem foi desdobrada em objetivos específicos que visam promover participação efetiva, social, política e educacional para o desenvolvimento completo da pessoa surda por meio de atividades lúdicas; analisar a visão dos alunos sobre a inclusão, a parceria família e escola; e, verificar o papel do intérprete no apoio ao aluno surdo.

Este trabalho justifica-se pelo fato de que a própria inclusão educacional é um processo ainda em construção, e mesmo a respeito dos alunos com necessidades educacionais especiais ainda são poucas as ações que efetivamente permeiam a questão, o que exige uma maior reflexão por parte dos educadores e governantes acerca da realidade da inclusão escolar, como forma de assegurar uma atuação docente capaz de promover a formação educacional de que esses alunos necessitam para garantir autonomia e cidadania.

A partir do pressuposto em que vivemos em um país de multiculturas, o respeito à diversidade é de suma importância, já que todos nós somos diferentes em algum aspecto, e, portanto estes são fatores de construção de valores e enriquecimento pessoal, social e até profissional não um obstáculo. Quando se aborda o tema inclusão de alunos com deficiência auditiva, por exemplo, percebe-se que a estrutura do sistema de ensino ainda caminha a passos lentos, com políticas públicas conflitantes e pouco aplicáveis.

A metodologia adotada compreende a pesquisa bibliográfica feita em fontes primárias e secundárias, com ênfase em literatura publicada em artigos e periódicos científicos; revistas especializadas em educação e Educação Especial e Inclusiva e literatura específica sobre Deficiência Auditiva; pesquisa em bibliotecas virtuais como Scielo e Google Acadêmico, dentre outros tomados como referência e que conferem o respaldo científico ao estudo.



O que se segue são os resultados obtidos com um projeto de intervenção pedagógica aplicado com um aluno surdo de uma turma de 8º ano do Colégio Estadual Helena Kolody no município de Colombo – PR.

O PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA SURDA EM UMA ESCOLA REGULAR: UM PROJETO DE INTERVENÇÃO.

Para que realmente aconteça uma inclusão escolar é preciso primeiramente uma reformulação nas políticas públicas, um direcionamento efetivo dos governantes, pois essa discussão acontece de forma retraída, será que a inclusão que existe hoje verdadeiramente na maioria das escolas, é aquela que se lê nos projetos e é mostrada como estatística?

Em torno dessa problemática, dois pontos são fundamentais e merecem destaque, no primeiro as políticas públicas que precisam ser reestruturadas em sua maioria e no segundo a preparação dos docentes que estarão próximo a esse educando. Os professores precisam de um embasamento para que possam entender e se aproximar do processo, serem ouvidos e orientados para que assim a inclusão aconteça de forma efetiva.

Essa busca pela inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, especificamente os alunos surdos, perpassa a linha da educação básica, pois se verifica um aumento de indivíduos que retornaram aos estudos, motivados ou mesmo pressionados pelo mercado de trabalho que agora contrata essas pessoas seja para contemplar uma cota estipulada pelo governo e assim conseguir isenção de impostos ou mesmo porque acreditam verdadeiramente na capacidade desses indivíduos.



A inclusão é um direito de todos e a Constituição Federal respalda esse direito, cabe aos responsáveis na escola e pela escola que podem e são representados pelos professores, fazerem valer seus próprios direitos e de seus discentes. Nestes casos a formação e as adequações devem ser feitas dentro das escolas para receber os alunos com necessidades educativas especiais. Também a Declaração de Salamanca (1994), “diz que as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas e outras”.

Reconhecer as diferenças, respeitar a diversidade são atitudes que precisam ir além de normas e legislações, ou seja, não se respeita alguém, se aceita no grupo ou comunidade porque são regras legais, mas sim porque se visualiza um ser humano igualmente merecedor de respeito como qualquer membro da sociedade que o cerca. Esses são fatores que contribuíram para que a escola possa ser inclusiva, respeitando o todo e a diversidade, onde os direcionamentos possam ser dados à luz de discussões que favoreçam os educandos que não podem ser vistos como entrave dentro das escolas, mas sim como ponto central.

Fazendo um levantamento histórico dos surdos por várias fases da história da humanidade foram adorados, venerados por alguns povos e odiados, lançados ao mar por algumas civilizações.

Os surdos já foram adorados no Egito, pois eram considerados como interlocutores entre os deuses e os faraós, porém eram lançados ao mar na antiguidade pelos chineses; na Grécia eram vistos como “seres” incompetentes, sendo assim marginalizados. Os romanos não reconheciam o direito do surdo de pertencer à sociedade, pois eram “imperfeitos”. Em Constantinopla, eles até podiam fazer algumas atividades, tais como: pajens das mulheres, serviço de



corde ou bobos de entretenimento. RAFAELI e SILVEIRA (2009, p. 13)

Primeiramente é importante que se faça uma reflexão acerca da expressão surdo – mudo que erroneamente é utilizado por muitas pessoas não só dentro das escolas. Segundo a FENEIS (2012) “o surdo – mudo é a mais antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda é utilizada em certas áreas e divulgada nos meios de comunicação”.

A perda auditiva pode ser definida como “a redução da audição em qualquer grau que reduza a inteligibilidade da mensagem falada para a interpretação apurada ou para a aprendizagem”. Isso significa que “qualquer tipo de perda auditiva pode comprometer a linguagem, o aprendizado, o desenvolvimento cognitivo e a inclusão social da criança”. Vieira et al. (2007, p. 44)

É por meio da medida decibéis que a intensidade da perda auditiva é medida identificando o grau de surdez, que está classificada em até 140 (dB), essa classificação mostra a percepção do som de indivíduos surdos que mostra do som do passarinho chegando ao som de turbinas de aviões.

Em estudo sobre a surdez, Dorziat (2008, p. 2-4), explica que a Deficiência Auditiva – DA, aponta para uma deficiência que se apresenta em diferentes níveis de gravidade: DA leve, com perda de 20 a 40 decibéis - dB; DA média ou moderada; com perda de 40 a 70dB; DA severa, com perda de 70 a 90dB; DA profunda, com perda auditiva superior a 90dB. E, de acordo com a intensidade que se manifeste essa deficiência, são sinalizadas diferentes possibilidades de intervenção.

Na situação do aluno surdo é necessária a aproximação do intérprete e os professores para que todos possam promover uma melhor qualidade de aprendizagem e convivência para esse aluno, haja vista o diferencial na visão de



mundo, que o surdo tem, ou seja, é preciso respeitar a maneira como esse aluno faz suas interações com a realidade que o cerca para entender e ser entendido como cidadão atuante na sociedade.

Na visão de Botelho (2012, p. 3), os surdos devem ser compreendidos pelas suas potencialidades e não pelas suas limitações, tão somente. É fato que existe uma diferença entre ouvintes e não ouvintes, e esse é o fator determinante da diferença em termos de comunicação, e por isso é preciso reconhecer o surdo em suas possibilidades e limites.

Essa mudança na percepção do indivíduo surdo é importante, pois não se trata de uma comunidade pequena, fala-se de um universo com mais de 1 milhão de pessoas, de acordo com dados disponibilizados pela Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (FENEIS, 2012, p. 3).

Nas últimas décadas tem havido no Brasil um processo de organização legal da cidadania do surdo em diversos âmbitos públicos, que culminaram com o reconhecimento e formalização linguística da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e as recentes políticas nacionais de inclusão escolar.

Ao longo dos últimos 20 anos, a FENEIS, representando os movimentos sociais surdos brasileiros, estabeleceu como meta o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais. Esse processo culminou com a Lei 10.436, a chamada lei de Libras, regulamentada pelo Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Quadros (2008 pg.35)

O reconhecimento da LIBRAS tem caráter significativo no contexto da educação inclusiva no Brasil viabilizando alguns passos a frente na busca pela efetivação do processo de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.



DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA PRÁTICA DE INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA

No primeiro encontro, realizou-se uma explicação de como seria aplicado o trabalho desenvolvido nas próximas aulas, alguns alunos a princípio se mostraram irredutíveis em participar das atividades. É comum ao ser humano ficar paralisado frente a novos desafios e nem os adolescentes escapam a esse receio ao novo.

Com as carteiras dispostas em círculos incentivou-se os alunos a falarem sobre suas concepções de inclusão, assim eles puderam colocar suas opiniões, foram instigados a falar sobre a presença de alunos de inclusão em salas regulares e usaram sua experiência para dizer o que pensavam. As visões sempre foram positivas, não se mostravam contrários.

Em seguida assistiram ao filme “Uma amiga diferente” e também “ O homem que amava Caixas” nesses vídeos os alunos tiveram a oportunidade de verificar experiências do processo de inclusão e a necessidade de ser responsável com os outros membros da sociedade dentro e fora da escola. Para Lorenzetti (2003, p.01) “A discussão sobre a inclusão de surdos no contexto educacional, tem sido palco para várias reflexões”.

Com o final dessa atividade foi muito interessante observar que os comentários entre os alunos já se configuravam, se mostrando mais respeitosos com o assunto. Muitos alunos adolescentes não conseguem demonstrar o que realmente pensam ou agem, sem antes pedir autorização para seu grupo de amigos e essa permissão sempre aparece no formato de uma “piadinha”, parecendo que não se importam e nem possuem opinião crítica sobre determinados assuntos, mas quando são chamados a realidade, com um trabalho cotidiano e esforço é possível fazer discussões muito ricas em informações e opiniões.



Na segunda atividade, os alunos foram incentivados a criar grupos, dar nome para os grupos. O Alfabeto manual é:

Parte integrante da LIBRAS e tem a função de soletrar as palavras. Muitos objetos, palavras, lugares, situações etc. não possuem sinais ou a pessoa não conhece o sinal, sendo neste caso usado o alfabeto manual para sua nomeação. Cabe salientar que, dependendo do nível de habilidade e rapidez da pessoa que utiliza sua compreensão pode tornar-se complexa. Rafaeli e Silveira (2009, p.59)

Foi entregue uma folha com o alfabeto manual de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, explicando o processo histórico de criação e transformação desse alfabeto e sua contribuição para a comunicação da comunidade surda que a adotam como comunicação oficial, lembrando que existem os surdos que são oralistas e fazem leitura labial.

Depois de apresentado o alfabeto, os grupos foram convidados a participar de um jogo cooperativo onde deveriam formar palavras usando o alfabeto manual. Nesta atividade nosso aluno surdo se destacou e todos queriam que ele lhes desse as respostas, mas este foi orientado a contribuir somente o seu grupo a descobrir as palavras.

Por último se juntaram aos alunos os professores que ministram aulas para essa turma e a intérprete que acompanha o aluno foi convidada para fazer uma palestra sobre a importância de sua presença na escola. Foram levantados temas importantes como, qual é sua verdadeira função dentro da escola, o apoio ao aluno surdo, o trabalho em conjunto com os professores e também o uso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS. Para Lorenzetti (2003, p. 521) “Sabemos que não



basta somente que o surdo frequente uma sala de aula, mas que seja atendido nas suas necessidades”.

Ela esclareceu que seu papel não é ministrar a aula ao aluno, mas sim, repassar as informações da aula preparada pelo professor, fazer a interlocução entre aluno e professor e com os outros alunos. Os alunos levantaram uma questão relevante, onde alegaram que a intérprete sempre fornece as respostas ao aluno, tendo ela que explicar que o aluno surdo aprende de forma diferente, ou seja, mais visualmente.

Os ouvintes se alfabetizam pelo som, porém as crianças surdas se alfabetizam pelo visual; elas precisam representar pela escrita sua fala, que é a língua de sinais, que possui características viso – espaciais, processa seus pensamentos através de sinais, passando a escrita para outra língua, em nosso caso, o português. Rafaeli e Silveira (2009, p. 09)

O que levou a outra discussão, que foi o planejamento das aulas pelos professores. Para que o aluno surdo tenha uma aprendizagem com maior qualidade é fundamental que o professor faça adaptações em seus planejamentos de aula, considerando os recursos visuais.

Com o desenvolvimento do projeto todos os envolvidos diretamente no cotidiano escolar, puderam se apropriar de um conhecimento que contribuirá para a qualidade da permanência deste aluno na escola regular. Por entender o processo de inclusão uma construção constante, onde os sujeitos envolvidos necessitam de intervenção diária este trabalho não apresenta resultados acabados, mas sim reflexões que contribuiram para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão escolar caminha a passos lentos, mostra que tem ganhado voz nas discussões e possuem respaldo nas leis, mas quando ela é colocada em prática se configura outra realidade que afeta diretamente os alunos com necessidades educativas especiais que esperam há anos que uma sociedade excludente os conceda o direito de ir e vir sem serem julgados, rotulados ou até mesmo infelizmente humilhados.

O fato de um indivíduo apresentar alguma forma de deficiência não significa que esse esteja definitivamente impedido de desenvolver alguma atividade produtiva, de inserir-se na sociedade e de exercer sua cidadania; mas, até que essa assertiva seja aceita de sem questionamentos ainda existe um longo trajeto a ser percorrido, embora não se possa negar que nas últimas décadas os avanços nos direitos das pessoas com deficiência foram marcantes, inclusive no que se refere ao ingresso desses indivíduos no mercado de trabalho.

Um dos maiores empecilhos de comunicação entre alunos surdos e ouvintes é carência dos profissionais intérpretes para fazer a mediação da comunicação entre estes. Essa foi a primeira barreira enfrentada por nosso aluno quando chegou à escola. Em seguida a falta de preparo dos professores no planejamento de uma aula que contemplasse a participação efetiva de nosso aluno e essas situações estão atreladas a relação dele com outros alunos do colégio, todos ouvintes, que também não conhecem a LIBRAS dificultando a comunicação.

Percebe-se que a intervenção é fundamental para que se possa refletir sobre a rotina dos alunos envolvidos diretamente nesse processo de inclusão. Quando todos são chamados à realidade da situação que enfrentam em sala de



aula, muitos percebem que a única coisa que esse aluno quer, necessita e implora é ser entendido, se comunicar e receber uma resposta que vá além de gesticulações frenéticas que não significam quase nada para eles.

Todos precisam assumir seus verdadeiros papéis nesse processo, destacando a responsabilidade que a escola e a família têm nos rumos da vida desse aluno, assim, é crucial que a família esteja presente sempre que solicitada e acima de tudo não se pode potencializar a deficiência desse aluno, ou seja, ele somente não ouve, mas tem muitos outros recursos que faz dele um aluno capaz de se desenvolver cognitivamente e como qualquer outra criança dentro da escola precisa de auxílio, pois tem seus medos, inseguranças e ansiedades. Assim, entende-se a intervenção um processo constante no cotidiano escolar.

REFERÊNCIAS

BOTELHO, P. Educação inclusiva para surdos: desmistificando pressupostos. Sem data de publicação. Disponível em

<http://www.sociedadeinclusiva.pucminas.br/anaispdf/educsurdos.pdf>. Acessado em 13 de jun de 2012.

BRASIL. LEI 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 1996.

Disponível em http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/l9394_96.htm. Acesso em 05/08/2012.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área, 1994. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 05 de jan. de 2014.



DORZIAT, Ana. Deficiente Auditivo e Surdo: uma reflexão sobre as concepções subjacentes ao uso dos termos. Publicado em 2008; disponível em: <http://www.nre.seed.pr.gov.br/londrina/arquivos/File/6encontrogesurdezdeein.pdf>.

Acessado em 14 de jun de 2012.

FENEIS. Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos. Sem data de publicação; disponível em

http://www.feneis.org.br/page/noticias_detalhe.asp?categ=1&cod=1466. Acessado em 13 de jun de 2012.

HORT, A. P. F.. HORT, I. C. Educação especial e inclusão escolar. Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Indaial : Grupo UNIASSELVI, 2009.

LORENZZETTI, M. L. A inclusão do aluno surdo no ensino regular: a Voz dos professores. Contrapontos. vol.3 – n.3.Itajaí, 2003.

QUADROS, R. M. Org. Estudos Surdos: Séries Pesquisas. Petrópolis: Editora Arara Azul, 2008.

RAFAELI, K. S. C. e SILVEIRA M. D. D. Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Centro Universitário Leonardo Da Vinci. Indaial: Grupo UNIASSELVI, 2009.

SELAU, B. Inclusão na sala de aula. São Luis: edufama, 2010.

VIEIRA, A. B.; Macedo, L. R.; GONÇALVES, D. U. O diagnóstico da perda auditiva na infância. Publicado na revista *Pediatria (São Paulo)* 2007;29(1):43-49; disponível em <http://www.pediatrisaopaulo.usp.br/upload/pdf/1201.pdf>. Acessado em 14 de jun. de 2012



CENTRO VIRTUAL DE CULTURA SURDA
REVISTA VIRTUAL DE CULTURA SURDA

Edição Nº 14 / Setembro de 2014 – ISSN 1982-6842

<http://editora-arara-azul.com.br/porta1/index.php/revista/edicoes-revista/edicao-14>

IDENTIFICAÇÃO DAS AUTORAS:

Regiane Timoteo das Neves



Licenciatura em Geografia pela Universidade Estadual do Paraná- UNESPAR

Licenciatura em Pedagogia pela UNAR – SP

Especialização em Metodologia de Ensino em Geografia pela UNIASSSELVI

Mestranda em Educação pela Universidade Tuiuti do Paraná – UTP

E-mail: regiane.geo@gmail.com

Valéria Cassiano de Souza do Rosário



Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Maringá- UEM

Especialista em Educação Especial pela Itecne

Docente da História da Secretaria e Educação do Paraná

E-mail: valerihist@hotmail.com